



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 1ª REGIÃO
Pernambuco

ANEXO-I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO SEI nº 2800.01.00721.2026
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2026

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa(s) especializada(s) em **mídia exterior (OOH)**, abrangendo os serviços de **impressão e veiculação** (colagem e instalação) em formatos de Outbus, Outdoor, Painel Rodoviário e Totens aeroportuários em comemoração aos 70 anos do Sistema CFQ/CRQ'S.

1.2 TABELA-1 DESCRIÇÃO DO OBJETO (GRUPO 1)

Item	Descrição	Catser	Unid. de Forn.	Quant.	Período de Exibição	Estimativa Vlr. Und.	Estimativa Valor Total
1	OUTBUS: Impressão em vinil polimérico, impressão digital de alta resolução, dimensões aproximadas de 2,40x2,90m (AxL) e colagem para veiculação em ônibus coletivos de transporte público disponibilizados pela Contratada, para região metropolitana de Recife. (20 Ônibus na Região Metropolitana de Recife) Período de Exibição: 30 dias. (arte fornecida pelo CRQ-I.)	892	Und	20	30 dias do mês de Junho/26	R\$1.493,00	R\$29.860,00
2	OUTDOOR: Impressão em policromia e colagem de cartazes em estrutura de tamanho 3,00x9,00m (27,00m²) para veiculação em espaços privados da Contratada, nas cidades de Recife, Caruaru, Petrolina e Araripina. (05 em Recife, 03 em Caruaru, 03 em Petrolina e 01 em Araripina). Período de Exibição: 30 dias (arte fornecida pelo CRQ-I.)	892	Und	12	30 dias do mês de Junho/26	R\$3.575,00	R\$42.900,00
3	PAINEL RODOVIÁRIO: confeccionado e impresso em lona UV, medindo 9,00x3,00m (27,00m²). A mídia será exibida na rodovia onde oferece um grande retorno visual, devido ao fluxo intenso de tráfego no ponto que foi estrategicamente	892	Und	03	30 dias do mês de Junho/26	R\$6.894,00	R\$20.682,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 1ª REGIÃO
Pernambuco

	escolhido para colocação do painel. (03 em Recife). Período de Exibição: 30 dias.(arte fornecida pelo CRQ-I.)						
TOTAL ESTIMADO: R\$93.442,00							

1.3 TABELA-1 DESCRIÇÃO DO OBJETO (GRUPO 2)

Item	Descrição	Catser	Unid. de forn.	Quant.	Período de Exibição	Estimativa Vlr. Und.	Estimativa Valor Total
1	TOTEM: para veiculação em aeroporto. Material da Arte: Adesivo Blockout (material que impede a passagem de luz, garantindo a visibilidade da arte sem transparência do fundo). Dimensões 1,15m (Largura) x 1,75m (Altura). Local de Exibição: Áreas de alto fluxo de público no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes – Gilberto Freyre (área pública).Pontos Específicos: Área de Desembarque de Voos Domésticos e Praça de Alimentação. Período de Exibição: 2 (dois) meses ininterruptos. (arte fornecida pelo CRQ-I.)	892	Und	07	60 dias (de junho a julho de 2026)	R\$12.185,00	R\$85.295,00
TOTAL ESTIMADO: R\$ 85.295,00							

1.2 Qualquer divergência entre o Catálogo de Serviço (CATSER) e a descrição do objeto a licitante deverá seguir rigorosamente a descrição supra citada no Termo de Referência.

1.3 O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei 14.133/2021.

1.4 Caso o contrato seja assinado de forma eletrônica, considerar-se-á para efeito de início da vigência, a data em que o último signatário do contrato assinar.

1.5 O Custo estimado total da Contratação é de **R\$178.737,00** (cento e setenta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais), conforme relatório de pesquisa de preços.

1.6

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A fundamentação encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. RESULTADOS PRETENDIDOS:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 1ª REGIÃO
Pernambuco

3.1 O principal resultado esperado é a consolidação do Sistema CFQ/CRQ'S como Sistema sólido e histórico. Pretende-se:

3.1.1 Amplo Alcance da Efeméride: Garantir que a celebração dos 70 anos não fique restrita ao ambiente interno, atingindo o grande público e reforçando a relevância da Química no cotidiano.

3.1.2 Engajamento da Categoria: Promover o reconhecimento dos profissionais da Química, associando sua atuação ao histórico de sucesso e segurança promovido pelo Sistema ao longo das décadas.

3.1.3 Exposição de Marca: Garantir a veiculação do conteúdo comemorativo aos "70 Anos" em pontos de alta visibilidade e fluxos estratégicos (aeroportos e rodovias), assegurando que o marco histórico seja amplamente visualizado.

3.1.4 Qualidade da Veiculação: Entrega de 100% das inserções nos locais específicos de interesse, com materiais de alta qualidade que reflitam o prestígio da data comemorativa.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1 A descrição da composição do objeto da presente contratação encontra-se descrito na tabela-1, apresentada acima.

5. ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS:

5.1 A presente contratação está alinhada com os Instrumentos de Planejamento dispostos nas tabelas a seguir:

ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
OE – OBJETIVO ESTRATÉGICO
OE 09 – Garantir a eficácia da comunicação com os profissionais da química e a sociedade.

ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA/2026
Seq. Descrição
20- Serviço não continuado

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.0.1 Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão eletrônico, com adoção de critério de julgamento pelo menor Preço e Modo de Disputa Aberto e fechado.

6.1 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018, Não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6.2 A execução do contrato não gerará vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 1ª REGIÃO
Pernambuco

6.3 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação na modalidade pregão eletrônico.

6.4 Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta de cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas inidôneas e suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

6.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê entre outras sanções impostas ao responsável pela prática do ato de improbidade administrativa a proibição de contratar com o poder público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.6 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas No Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.7 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.8 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

6.9 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF ou documentos por ele abrangidos.

6.10 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

6.11 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.12 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da Matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos em nome da matriz.

6.13 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.14 Para fins de contratação, a empresa deverá atender aos seguintes requisitos de habilitação:

6.15 Habilitação Jurídica

6.15.1 Sociedade empresária Limitada – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.15.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da Consolidação respectiva.

6.16 Habilitação fiscal, social e trabalhista

6.16.1 Prova de Inscrição no cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.16.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 1ª REGIÃO
Pernambuco

Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Segurança Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

6.16.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS);

6.16.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de menor aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

6.16.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito negativo, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.16.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.16.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2026, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

6.16.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade cujo exercício contrata ou concorre.

6.16.7.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

6.17 Qualificação Técnica

6.17.1 Comprovação através de Atestado de Capacidade Técnica de que a licitante forneceu ou vem fornecendo os serviços objeto da contratação, emitido de forma expressa e inequívoca em nome da licitante por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato ou instrumento equivalente, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre a entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. A entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8. FISCALIZAÇÃO

8.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 1ª REGIÃO
Pernambuco

9.2. Recebimento

9.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a Contratada:

9.1.1. não produzir os resultados acordados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

9.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. Liquidação

9.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, conforme § 2º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 77/2022, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da referida Instrução Normativa.

9.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.4.1. O prazo de validade;

9.4.2. A data da emissão;

9.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.4.4. O período respectivo de execução do contrato;

9.4.5. O valor a pagar; e

9.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.11. Prazo de Pagamento

9.11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 1ª REGIÃO
Pernambuco

9.12. Forma de Pagamento

9.12.1. O pagamento será realizado por meio de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

9.12.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.12.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.12.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$178.737,00** (cento e setenta e oito mil, setecentos e trinta e sete reais)

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Regional de Química da 1ª Região para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

10.1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.2.2.1.1.33.90.39.055 - Despesas com Eventos Finalísticos

01.01.04.005 - PROJETO - Dia do Químico

11. ANEXO

12.1. Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

Ana Catarina Gomes de Amorim
Integrante Requisitante/Chefe da Fiscalização

Giselda Gonzaga Lira de Araújo da Matta Ribeiro
Integrante Técnico em licitações

Patrícia Marques de Souza
Integrante Administrativo

Autorizado:

Ana Paula Silveira Paim
Presidente do CRQ-I